

# **PRÊMIO ESCOLA DE VALOR NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA PARAÍBA: ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS<sup>50</sup>**

Jonas da Silva Rodrigues – PPGEd/UFCG  
rdgsjonas@gmail.com

Andréia Ferreira da Silva – PPGEd/UFCG  
silvaandreia@uol.com.br

## **1. Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Prêmio Escola de Valor, sua organização e os princípios nos quais se fundamenta. Apresenta parte dos estudos realizados na elaboração de dissertação de mestrado, ainda em andamento, que estuda o Prêmio Escola de Valor (2012-2018) e suas articulações com as políticas de *accountability* adotadas na rede estadual de ensino da Paraíba. Resulta de revisão bibliográfica e análise documental, tendo como fonte primária leis e documentos normativos do Poder Executivo paraibano e da Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba (SECT/PB), bem como notícias divulgadas em *sites* e *blogs* do estado da Paraíba.

O artigo está organizado em duas seções, além da presente introdução. Na primeira seção, discute a reforma do Estado e suas implicações para as políticas educacionais do país e do estado da Paraíba. Na segunda sessão, é feita a análise do Prêmio Escola de Valor, no intuito de evidenciar seu contexto de criação, organização e princípios nos quais está fundamentado. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais acerca do tema proposto.

## **2. Reforma do Estado e suas implicações para as políticas educacionais**

A década de 1990 foi marcada, mundialmente, por profundas transformações, no papel do Estado, com desdobramentos para as políticas sociais, inclusive as educacionais. Tais reformas foram orientadas pelos conceitos de descentralização, eficiência, eficácia e qualidade, atrelados ao modelo neoliberal (DAMBROS; MUSSIO, 2014). No Brasil, com a reforma do

---

<sup>50</sup> Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

aparelho do Estado, as políticas educacionais se adequaram ao cenário de mudanças no campo social, econômico e cultural.

A partir da década de 1990 o governo federal priorizou as políticas de avaliação externa, com a criação e reforma do Sistema de Avaliação da Educação Básica (1990) e do Exame Nacional do Ensino Médio (1998). Desde então, outras políticas de avaliação foram implantadas, culminando com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb), em 2007, associado ao Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação.

Baseado no discurso da melhoria da qualidade educacional, o Ideb foi definido com o indicar objetivo a qualidade da educação no país, e passou a ser a referência nacional para a criação de sistemas estaduais e municipais de avaliação, e a instituição de iniciativas de premiação de escolas e docentes atreladas aos resultados dos estudantes nos testes padronizados. Desde então, segundo Schneider e Nardi (2019), o país passou a constar com um sistema de *accountability* nacional, que combina metas a serem atingidas, *rankings*, responsabilização de escolas e a indução para a instituição de políticas de incentivo salarial baseadas em resultados.

### **3. Prêmio Escola de Valor da rede estadual de ensino da Paraíba: breve análise**

Considerando as políticas apontadas, no ano de 2012 foram criados, na Paraíba, o Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba - Avaliando IDEPB - e o Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (IDEPB), com o objetivo de medir a qualidade da educação estadual através de testes aplicados anualmente. O IDEPB, apesar de criado em 2012, somente foi regulamentado, em 2015, com a Portaria n.º 368, de 14 de julho de 2015.

O Prêmio Escola de Valor objetiva avaliar as escolas estaduais em quatro dimensões da gestão escolar: 1. Gestão pedagógica; 2. Gestão participativa; 4. Gestão de pessoas e lideranças; e 5. Gestão de infraestrutura: serviços e recursos. Visa valorizar e reconhecer escolas e profissionais que se destacam nas diversas dimensões da gestão escolar (PARAÍBA, 2018). O Prêmio é concedido às escolas estaduais, que cumprem os critérios estabelecidos, nos editais anuais, e alcancem, no mínimo, a nota sete. O Prêmio consiste no pagamento do 14º salário, ao final do processo seletivo, a todos os profissionais em exercício na escola. O valor do Prêmio consiste apenas no vencimento básico, não compreendendo o montante total do salário recebido pelos profissionais.

Para a concessão do Prêmio, é exigido que as escolas elaborem o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), o relatório de execução do PIP e cumpram os critérios definidos para cada

uma das quatro dimensões da gestão escolar consideradas (PARAÍBA, 2018). Para cada critério é atribuída uma pontuação: 2,0 pontos para o PIP, 2,0 pontos para o relatório e 6,0 pontos distribuídos entre os critérios relativos às dimensões da gestão escolar consideradas, que devem ser demonstradas por meio da entrega dos documentos comprobatórios de sua realização.

O PIP e seu relatório devem incluir, entre outras ações, os descritores de Língua Portuguesa e Matemática, contribuições para redução do abandono e evasão escolar, melhoria no rendimento dos alunos e elevação em 90%, do Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (IDEPB), para os 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio (PARAÍBA, 2018).

Para as quatro dimensões da gestão escolar, são estabelecidos critérios como: projeto político-pedagógico atualizado, a melhoria de indicadores educacionais, o estabelecimento de parcerias da escola com outros segmentos da sociedade, a participação dos docentes e demais funcionários em cursos de formação continuada, e a prestação de contas de programas federais, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (PARAÍBA, 2018).

Considerando o exposto, o Prêmio Escola de Valor consiste em uma política de incentivo salarial, atrelada à melhoria dos indicadores de desempenho e rendimento dos estudantes e no cumprimento de critérios e ações estabelecidos pela SEE/PB. Esta política, de acordo com a caracterização feita por Cassetari (2010), trata de uma “bonificação com base nos resultados das escolas”. Segundo a autora, esse modelo de premiação, tem como objetivo, “melhorar resultados obtidos nas avaliações externas” (CASSETARI, 2010, p. 71), e conceder, por meio de processo seletivo, uma bonificação a todos os profissionais da escola (gestores, professores e demais profissionais), podendo premiar, em alguns casos, os alunos, e consiste no pagamento de um valor que não é acrescentado ao salário dos profissionais de forma permanente.

Tal Prêmio está fundamentado no modelo de gerencial de gestão, uma vez que as escolas estaduais necessitam organizar o seu trabalho em torno das metas estabelecidas e na busca da eficiência do trabalho realizado, envolvendo os dados do IDEPB e do Avaliando IDEPB. Está pautado no aumento do controle realizado pela SECT/PB sobre a organização e prioridades das escolas, via processo de prestação de contas e do cumprimento das ações e critérios estabelecidos. O Prêmio, também, busca fortalecer as “parcerias” estabelecidas entre as escolas e outros segmentos da sociedade, incluindo, empresas e institutos e fundações empresariais.

De acordo com Oliveira e Clementino (2019), os Prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação, este último também criado em 2012, inserem a educação estadual paraibana em um

sistema de “alta responsabilização”, pois, através deles, adota-se estratégias de bonificação e premiação, considerando os resultados alcançados pelos professores e alunos. Ou seja, são estabelecidas metas e critérios pela SECT/PB, por meio dos Prêmios, a serem cumpridos pelos profissionais, mas, que envolvem tanto gestores e professores, na organização do trabalho na escola, quanto os resultados do desempenho dos alunos nas avaliações externas.

#### **4. Considerações finais**

Considerando o exposto, entende-se que as escolas estaduais paraibanas estão submetidas a um sistema de prestação de contas múltipla (AFONSO, 2012), associado aos resultados de desempenho dos estudantes nas avaliações externas e a indicadores de rendimento, à realização da prestação de contas de programas federais e ao cumprimento de ações e critérios definidos pela SEE/PB. Tal política tem contribuído para a implantação dos princípios gerenciais de gestão nas escolas da rede estadual de ensino. De acordo com Cavalcante (2018), o Prêmio Escola de Valor é parte de um projeto de formação humana, no interior da ideologia neoliberal, que valoriza a padronização, o controle instrumental de resultados e o fortalecimento da lógica gerencial na gestão da escola pública, visando assegurar os valores e os interesses privados na educação estadual.

#### **Referências**

AFONSO, A.J. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr./jun. 2012.

CASSETARI, N. **Remuneração variável para professores:** revisão de literatura e desdobramentos no estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAVALCANTE, M.S. Gestão e Avaliação: o Avaliando IDEPB e o Prêmio Escola de Valor – o projeto de formação humana no contexto da hegemonia neoliberal. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

DAMBROS, M; MUSSIO, B.R. Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

OLIVEIRA, D.A; CLEMENTINO, A.M. As políticas de responsabilização na educação básica nos estados da região nordeste. In: OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A.M.C; RODRIGUES, Cibele Maria Lima (Orgs.) *A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino na região nordeste*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2019.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação. **Edital nº. 004**, de 20 de fevereiro de 2018. Prêmio Escola de Valor. 2018.

SCHNEIDER, M.P.; NARDI, E.L. **Políticas de accountability em educação: perspectivas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização**. Ijuí: Unijuí, 2019.